

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO – FACE  
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PROFESSOR NOTA 10

ALESSANDRA OLIVEIRA DE SIQUEIRA  
ANA LUCIA CRUZ  
CHRISTIANY OLIVEIRA DE SIQUEIRA  
MICHELINE MAGALHÃES DE LIMA SILVA

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE ESCOLAR

Brasília - DF, 2005.

ALESSANDRA OLIVEIRA DE SIQUEIRA  
ANA LUCIA CRUZ  
CHRISTIANY OLIVEIRA DE SIQUEIRA  
MICHELINE MAGALHÃES DE LIMA SILVA

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE ESCOLAR

Trabalho apresentado ao Centro universitário de Brasília – UniCEUB como parte das exigências para conclusão do Curso de Pedagogia – Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Projeto Professor Nota 10.

Orientador: Odiva Silva Xavier – Doutora em Educação

Brasília - DF, 2005.

Dedicamos esse trabalho a Luana Oliveira Santos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaríamos de agradecer a Deus por permitir que todos os objetivos tenham sido atingidos.

Agradecemos as nossas famílias pelo suporte durante o caminho que nos trouxe até aqui.

Agradecemos a nossa orientadora, Odiva Silva Xavier, pela sabedoria e direcionamento, imprescindíveis para o sucesso desta pesquisa.

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram para a pesquisa, respondendo o questionário a elas enviado.

Agradecemos, por fim, a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização deste trabalho.

## RESUMO

Este estudo partiu da premissa que o Projeto Político Pedagógico traça a filosofia de trabalho da escola e suas grandes diretrizes para dois anos ou mais, que o Plano Anual de Ação detalha principalmente a programação curricular a ser desenvolvida pela escola, em cada ano letivo e que ambos podem ser delineados pelo Planejamento Participativo. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre este tema, discutir o funcionamento desse processo e o que ocorre nas escolas públicas de 1ª a 4ª série do Distrito Federal. A metodologia adotada para esta pesquisa foi na linha qualitativa. Os caminhos utilizados foram o da pesquisa teórica, para compreender conceitualmente a temática, e o da pesquisa empírica, no sentido de conhecer a percepção dos 50 sujeitos que constituíram a amostra dos segmentos da comunidade escolar. De acordo com os resultados encontrados pode-se inferir que, na realidade das escolas pesquisadas, está longe de existir uma cultura para a discussão e criação de planos e estratégias, de forma participativa, para o bom funcionamento institucional. Conclui-se que já existe essa abertura, mas ainda não existe essa cultura. Implementá-la é, portanto, oportunizar a melhoria da participação, imprescindível para o desenvolvimento da comunidade escolar.

Palavras-chave: Planejamento, participação, escola.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>8</b>
<b>3. OBJETIVOS</b>	
<b>3.1.Geral.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2.Específicos.....</b>	<b>18</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>5. ANÁLISE.....</b>	<b>21</b>
<b>5.1.Os sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>21</b>
<b>5.2. Literatura.....</b>	<b>21</b>
<b>5.3. A percepção dos sujeitos.....</b>	<b>22</b>
<b>5.4. Dificuldades encontradas.....</b>	<b>24</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>27</b>
<b>8. APÊNDICES.....</b>	<b>30</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse em estudar este tema surgiu da vivência na realidade de diferentes escolas públicas do Distrito Federal, onde o planejamento participativo não é assumido como processo democrático. A participação parece essencial para o desenvolvimento da aprendizagem escolar, visto que toda prática pedagógica deve estar em harmonia e coerência com a proposta educacional da instituição.

Por meio de dados colhidos em uma sondagem nas escolas onde os professores responsáveis por este estudo trabalham, constatou-se que não há participação efetiva dos membros da comunidade escolar no planejamento de ações importantes para a escola. Muitas vezes, os projetos elaborados nem são socializados no âmbito escolar. O Projeto Político Pedagógico, por exemplo, torna-se um simples documento burocrático que é arquivado ou conhecido por poucos, sem aplicação, sem vida e, conseqüentemente, impossível alcançar os objetivos propostos quando da sua elaboração.

A participação na elaboração de projetos mostrou-se efetiva apenas no segmento da Direção, uma vez que 98% dos diretores, vice-diretores, assistentes pedagógicos e coordenadores pedagógicos assumem a tarefa de elaborar e “garantir” a aplicação de projetos na comunidade escolar, mas sem participação efetiva dos demais segmentos no planejamento.

Esse diagnóstico levou à seguinte reflexão: se a própria instituição escolar desconhece e/ou não se encontra preparada para o planejamento participativo, estudar este tema passou a ser um grande desafio, visando provocar reflexão e mudança na comunidade escolar para que todos se engajem e se tornem agentes e sujeitos nesse processo, considerado fundamental para a escola que tem por objetivo garantir uma educação básica de qualidade com a participação de todos.

É neste sentido que este trabalho de conclusão de curso buscou investigar a importância do planejamento participativo e como se dá o processo de planejamento macro em escolas públicas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental no Distrito Federal.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ato de planejar faz parte da história do ser humano, pois o desejo de transformar sonhos em realidade objetiva é uma preocupação marcante de toda pessoa. No dia-a-dia, sempre existem situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre as nossas atividades diárias são delineadas em etapas concretas para a ação, uma vez que já pertencem ao contexto de nossa rotina. Entretanto, para a realização de atividades que não estão inseridas em nosso cotidiano, usamos os processos racionais para alcançar o que desejamos.

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas.

O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 24).

Nas várias escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal o sonho dos educadores está centrado numa melhor qualidade de ensino, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, para a formação de indivíduos mais autônomos e críticos.

Entretanto, muitas vezes falta ação conjunta e estratégias que viabilizem a concretização dos objetivos que conduzam a esse ideal. O caminho capaz de facilitar o desenvolvimento desse processo é um planejamento que possibilite melhoria no atual sistema educacional, onde há pouca participação da comunidade escolar na elaboração de projetos desenvolvidos na escola.

O planejamento participativo, compreendido como processo de ação participativa grupal, com pessoas interagindo em função de necessidades, interesses e objetivos comuns, é, no momento, *“a metodologia mais eficaz no que tange ao envolvimento e engajamento das pessoas de uma comunidade escolar”* (DALMÁS, 2005, p. 75).

Conforme COROACY (1991, p. 48), *“o planejamento educacional deverá nortear e auxiliar a prática pedagógica, mostrando caminhos e decisões que podem ser tomados”*,



de tal modo que todos estejam buscando um caminho em comum, onde cada pessoa e também o coletivo realizem assim suas tarefas próprias, caminhando numa mesma direção.

Planejamento Educacional é processo contínuo que se preocupa com o ‘para onde ir’ e ‘quais as maneiras adequadas para chegar lá’, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, “*para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades da sociedade, quanto às do indivíduo*” (PARRA apud SANT'ANNA et al, 1995, p 53).

Para VASCONCELLOS (1995, p. 98), “*o planejamento do Sistema de Educação é o de maior abrangência (entre os níveis do planejamento na educação escolar), correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual e municipal*”.

Planejamento Curricular é o processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno. Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois “*a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares*” (VASCONCELLOS, 1995, p. 123).

“Planejamento de Ensino é o processo de decisão sobre atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos” (PADILHA, 2001, p. 94).

Na opinião de SANT'ANNA et al. (1995, p. 65), esse nível de planejamento trata do “*processo de tomada de decisões bem informadas que visem à racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação de ensino-aprendizagem*”.

Planejamento Escolar é o planejamento global da escola, que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. “*É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social*” (LIBÂNEO, 1992, p. 47).

VASCONCELLOS (1995) considera a existência de níveis de planejamento:

do sistema de educação (em nível nacional, estadual ou municipal, relaciona-se com grandes políticas educacionais); planejamento da escola (projeto educativo

da instituição); planejamento curricular (proposta geral das experiências de aprendizagem oferecidas pela escola nos diversos componentes curriculares em todos níveis de escolarização); planejamento de ensino-aprendizagem (o mais próximo da prática pedagógica do professor; subdivido em plano de curso e de aula).

Já LIBÂNEO (1992) nos fala de diversos tipos de planejamentos:

- da escola: documento global que media relação com sistema escolar mais amplo e com planos de ensino propriamente dito; diz respeito ao plano pedagógico e administrativo da unidade escolar; contempla concepção pedagógica, bases teórico-metodológicas da organização didática, contextualização social, econômica, política e cultural da escola, caracterização da clientela escolar, objetivos educacionais, estrutura curricular, entre outros aspectos.
- plano de ensino: previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades seqüenciais; Componentes presentes: justificativa da disciplina em relação aos objetivos da escola; objetivos gerais; objetivos específicos, conteúdo (com divisão temática de cada unidade); tempo provável e desenvolvimento metodológico (atividades do professor e dos alunos);
- plano de aula: previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter bastante específico.

O planejamento é um processo permanente de tomada de decisões; ressalta-se, no entanto, que essas decisões não são necessariamente exclusividade do professor; podem integrar os vários membros da comunidade escolar. *“O planejamento participativo aparece como um desafio para a escola ao incluir novos modelos de pensar, decidir, agir”* (VIANNA, 1986)

*“O plano é o produto do planejamento explicitado em forma de registro de documento ou não”* (VASCONCELLOS, 1995). Entendemos ser relevante que o planejamento educacional ganhe a forma de plano devidamente registrado e justificado. Tal procedimento demanda um esforço de sistematização que propicia maiores possibilidades de reflexão. Como nos alerta GRAMSCI (1995):

“Solicita-se uma luta rigorosa contra os hábitos de diletantismo, da improvisação, das soluções ‘oratórias’ e declamatórias. [...] escrever as notas e

as críticas é princípio didático que se tornou necessário graças à obrigação de combater os hábitos da prolixidade, da declamação e do paralogismo criados pela oratória.”

A preocupação com a melhoria da qualidade da Educação levantou a necessidade de descentralização e democratização da gestão escolar e, conseqüentemente a participação tornou-se um conceito nuclear. Como aponta LÜCK et al. (1998, p. 85):

“o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto”.

De acordo com a etimologia da palavra, participação origina-se do latim *participatio* (pars + in + actio) que significa ter parte na ação. Para ter parte na ação é necessário ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir. “*Executar uma ação não significa ter parte, ou seja, responsabilidade sobre a ação. E só será sujeito da ação quem puder decidir sobre ela*” (BENINCÁ, 1995, p. 24). Para LÜCK et al. (1998, p. 79) “*a participação tem como característica fundamental a força de atuação consciente*”, pela qual os membros de uma unidade social (de um grupo, de uma equipe) reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica, da cultura da unidade social, a partir da competência e vontade de compreender, decidir e agir em conjunto.

Trabalhar em conjunto, no sentido de formação de grupo, requer compreensão dos processos grupais para desenvolver competências que permitam realmente aprender com o outro e construir de forma participativa.

Para PICHON-RIVIÈRE (1991, p. 34) “*grupo é um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de espaço e tempo, articuladas por sua mútua representação interna interagindo através de complexos mecanismos de assunção e atribuição de papéis*”, que se propõe de forma explícita ou implícita uma tarefa que constitui sua finalidade. O que se diz explícito é justamente o observável, o concreto, mas abaixo dele está o que é implícito. Este é constituído de medos básicos (diante de mudanças, ora alternativas transformadoras ora resistência à mudança). Na mesma obra PICHON-RIVIÈRE diz que “*a resistência à mudança é conseqüência dos medos básicos*

que são o ‘medo à perda’ das estruturas existentes e ‘medo do ataque’ frente às novas situações”, nas quais a pessoa se sente insegura por falta de instrumentação.

A partir desses breves comentários, pode-se compreender a importância do tão divulgado ‘momento de sensibilização’ na implementação de planos, programas e projetos. “Sensibilidade é qualidade de ser sensível, faculdade de sentir, propriedade do organismo vivo de perceber as modificações do meio externo e interno e de reagir a elas de maneira adequada” (GADOTTI, 2000, p. 58). Sensibilizar, portanto, é provocar e tornar a pessoa sensível; fazer com que ela participe de alguma coisa de forma inteira. Por outro lado, lembra PICHON-RIVIÉRE (1991, p. 81) “que um grupo obtém uma adaptação ativa à realidade quando adquire insight, quando se torna consciente de certos aspectos de sua estrutura dinâmica”. Em um grupo operativo, cada sujeito conhece e desempenha seu papel específico, de acordo com as leis da complementaridade.

Como diz LIBÂNEO (2001):

a participação é fundamental por garantir a gestão democrática da escola, pois é assim que todos os envolvidos no processo educacional da instituição estarão presentes, tanto nas decisões e construções de propostas (planos, programas, projetos, ações, eventos) como no processo de implementação, acompanhamento e avaliação.

De acordo com a realidade vivenciada nas escolas, percebe-se que o planejamento educacional não apresenta êxito se sua construção estiver restrita a pedagogos, especialistas ou a um pequeno grupo do âmbito escolar, pois é necessário partir do que já existe dentro da comunidade, ou seja, das próprias experiências e dos resultados apresentados pelos alunos no decorrer do processo ensino-aprendizagem. Segundo VEIGA (1986, p. 69), “o planejamento participativo (...) se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social num processo global, para a solução de problemas comuns”.

O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a administração; parte da idéia que não basta uma ferramenta para “fazer bem as coisas” dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir “as coisas certas” a fazer, não apenas para o crescimento e a sobrevivência da entidade planejada, mas para a construção da sociedade; neste sentido, inclui como sua tarefa contribuir para a construção de novos horizontes, entre os quais estão, necessariamente, valores

que constituirão a sociedade. Nas escolas, por exemplo, não basta que os professores, isoladamente ou mesmo em conjunto, definam “como” e “com que” vão “passar” um conteúdo preestabelecido, dando, assim, um caráter de só administração ao trabalho escolar; é necessário que se organizem para definir que resultados pretendem buscar, não apenas em relação a seus alunos, mas no que diz respeito às realidades sociais, e, que, a partir disto realizem uma avaliação circunstanciada de sua prática e proponham práticas alternativas para ter influência na construção social (GANDIN, 2001).

*“O caminho de transformar tudo em gerência é trilhado ao contrário pelo Planejamento Participativo”* (ANSOFF, 1987, p. 43). Pretende ser ferramenta para que as instituições e governos – sobretudo elas e eles – e grupos e movimentos da sociedade civil fujam do que diz ROBERT (1998, p. 74) com o nome de Administração Cristóvão Colombo: *“Quando ele partiu, não sabia para onde ia. Quando chegou, não sabia onde estava. Quando voltou, não sabia dizer onde esteve!”*, o *“Planejamento Participativo quer decidir quais as coisas certas a fazer e quais os motivos que nos levam a fazê-las, embora não renuncie aos instrumentos e às técnicas que permitam fazê-las bem”* (GANDIN, 2000, p. 37).

O Planejamento Participativo tem uma visão própria de participação. Ele nasce a partir da análise situacional que vê uma sociedade organizada de forma injusta, injustiça esta que se caracteriza pela falta de participação. Neste contexto, participação não é simplesmente aquela presença, aquele compromisso de fazer alguma coisa, aquela colaboração, aquele vestir a camisa da empresa nem, mesmo, a possibilidade de decidir alguns pontos esparsos e de menor importância; participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana (GANDIN, 2001, p. 160).

Nos últimos anos o debate sobre o processo de planejamento participativo da unidade escolar ganhou importância entre os teóricos que postulam a descentralização do sistema educacional como um caminho para a democratização da gestão da educação e a conseqüente melhoria da qualidade do ensino.

Entender o significado da escola, suas relações no sistema educacional e com a sociedade, tornou-se uma exigência imprescindível para garantir um planejamento realmente participativo.

A escola é influenciada por forças externas e internas a seus muros. Enquanto uma unidade social os elementos que integram a vida escolar são, em parte, transpostos de fora;

em parte, redefinidos na passagem, para ajustar-se às condições grupais; em parte, desenvolvidos internamente e devidos a estas condições. *“Longe de serem um reflexo da vida da comunidade, as escolas têm uma atividade criadora próprias, que faz de cada uma delas um grupo diferente dos demais”* (CÂNDIDO, 1987, p. 141).

Nesse sentido a realidade de cada escola deve ser pensada e planejada segundo as suas características específicas, pois, cada um de nossos países mostra uma forma diferente de expansão de seu sistema público de escola, a qual se liga ao caráter das lutas sociais, a projetos políticos identificáveis, ao tipo de ‘modernização’ que cada Estado propôs para o sistema educacional dentro de precisas conjunturas históricas. As diferenças regionais, as organizações sociais e sindicais, os professores e suas reivindicações, as diferenças étnicas e o peso relativo da Igreja marcam a origem e a vida de cada escola. A partir daí, dessa expressão local, tomam forma internamente as correlações de forças, as formas de relação predominantes, as prioridades administrativas, as condições trabalhistas, as tradições docentes, que constituem a trama real em que se realiza a educação. É uma trama em permanente construção que articula histórias locais – pessoais e coletivas- , diante das quais a vontade estatal abstrata pode ser assumida ou ignorada, mascarada ou recriada, em particular abrindo espaços variáveis a uma maior ou menor possibilidade hegemônica (EZPELETA, 1986, p. 235).

Apesar da especificidade de sua realidade, a escola possui vínculos institucionais com um determinado sistema escolar, ou seja, sua autonomia deve ser entendida de forma relacional, dentro de um contexto de interdependências. Segundo BARROSO (1998, p. 48) *“a autonomia é um conceito que exprime sempre um certo grau de relatividade: somos mais ou menos autônomos podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não ser em relação a outras”*. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

Quando não existe participação pode ocorrer um processo de fragmentação dos diferentes olhares sobre a escola, ou seja, a escola vista e vivenciada pelo pai, não necessariamente corresponde aquela analisada e vivenciada pelo professor, sendo que a “escola” do professor pode não corresponder a do diretor que, por sua vez, pouco tem a ver com aquela ditada pela política educacional elaborada a partir dos órgãos centrais do sistema educacional.

A participação de todos os envolvidos no dia-a-dia da escola nas decisões sobre os seus rumos, garante a produção de um planejamento no qual estejam contemplados os diferentes “olhares” sobre a realidade escolar, possibilitando assim, a criação de vínculos entre pais, alunos, professores, funcionários e especialistas. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos na orientação do processo de planejamento que, por sua vez, incorpora significados comuns aos diferentes agentes educacionais, colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola. Favorece a execução de ações por meio de compromissos construídos entre aqueles diretamente envolvidos no planejamento educacional.

Nesse sentido, a participação deve ser entendida como um processo de aprendizagem, que demanda espaços sociais específicos para a sua concretização, tempo para que idéias sejam debatidas e analisadas, bem como, e principalmente, o esforço de todos aqueles preocupados com a formação do cidadão e de uma escola verdadeiramente democrática.

O planejamento participativo é o processo de organização do trabalho coletivo da unidade escolar. Segundo FERREIRA (1989, p. 196):

“podemos identificar três fases desse processo: a preparação do Plano Escolar, entendido como o registro sistematizado e justificado das decisões tomadas pelos agentes educacionais que vivenciam o dia-a-dia da escola; o acompanhamento da execução das operações pensadas no Plano Escolar, de forma a fazer, caso sejam necessários, as alterações nas operações de forma que essas alcancem os objetivos propostos; e a revisão de todo o caminho, avaliando as operações que favoreceram o alcance dos objetivos e aquelas operações que pouca influência tiveram sobre o mesmo, iniciando-se assim um novo planejamento”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/94), em seu artigo 12, inciso I, prevê que “*os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica*”, deixando explícita a idéia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa.

Faz-se necessário definir de forma clara e objetiva a elaboração e aplicação de um projeto participativo, para que a comunidade escolar envolvida (pais, alunos, professores,

auxiliares e direção), encontre caminhos para se chegar à concretização de ações que possibilitem o alcance de objetivos propostos.

Projeto é também um documento produto do planejamento porque nele são registradas as decisões mais concretas de propostas futuristas. Trata-se de uma tendência natural e intencional do ser humano. Como o próprio nome indica, projetar é lançar para frente, dando sempre a idéia de mudança, de movimento. Projeto representa o laço entre o presente e o futuro, sendo ele a marca da passagem do presente para o futuro. Na opinião de GADOTTI (apud VEIGA, 2001).

Projeto Pedagógico, segundo VASCONCELLOS (1995):

“é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição”.

O projeto pedagógico tem duas dimensões, como explicam ANDRÉ (2001) e VEIGA (1998): a política e a pedagógica. Ele “*é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade*” (ANDRÉ, p. 189) e é pedagógico porque “*possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo*”. Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando “*a efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade*” (VEIGA, 1998, p. 12). Assim sendo, a “*dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica*” (SAVIANI, citado por VEIGA, 2001, p. 13).

Para ANDRÉ (2001, p.188) o projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, pois deve:

“expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola”.

Ele é “*a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade*”. Segundo LIBÂNEO (2001, p. 125), o projeto pedagógico



*“deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola”, tendo em conta as características do instituído e do instituinte.*

Um outro ponto que também deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola é o Plano Anual de Ação que *“é o documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos”* (LIBÂNEO, 1993, p. 225).

Falar da construção do Projeto Político Pedagógico e do Plano Anual de Ação é falar de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é a elaboração do marco referencial, sendo este a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas. Alguns autores que tratam do planejamento, como por exemplo Moacir GADOTTI (2000), falam simplesmente em referencial, mas outros, como Danilo GANDIN (2001), distinguem nele três marcos: situacional, doutrinal e operativo.

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Ao proporcionarmos um espaço participativo no qual pais, alunos, professores, funcionários e especialistas expliquem a escola, estamos garantindo a ampliação da compreensão desses sobre a realidade escolar através do debate democrático. Posturas divergentes sobre os problemas da escola devem ser discutidos dentro dos limites éticos, prevalecendo o respeito à diferença, possibilitando um diálogo que viabilize propostas coletivas para a melhoria da qualidade política, pedagógica e administrativa da escola.

Por meio desse referencial teórico em interlocução com os autores e da pesquisa de campo realizada, pretende-se proceder à análise, enfocando os objetivos a seguir definidos.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Geral**

- Refletir sobre o Planejamento Participativo em Escolas Públicas do Distrito Federal, com enfoque no Projeto Político Pedagógico e no Plano Anual de Ação.

#### **3.2. Específicos**

Literatura:

- Identificar os níveis de planejamento educacional;

Percepção dos sujeitos:

- Discutir fundamentos e princípios do planejamento participativo no sistema educacional;
- Investigar o conhecimento e a atuação dos profissionais da área de educação sobre planejamento participativo, mais especificamente, do Projeto Político Pedagógico;
- Discutir aspectos relevantes do planejamento participativo segundo a percepção dos membros da comunidade escolar;

Problemas:

- Identificar as dificuldades encontradas na elaboração do Planejamento Participativo.

#### 4. METODOLOGIA

A fim de obter maior compreensão do tema a linha de pesquisa adotada é de natureza qualitativa, que busca explorar a percepção dos sujeitos da pesquisa por meio de um questionário, com perguntas abertas e fechadas sobre a realidade do planejamento participativo em Escolas Públicas de 1ª a 4ª série do Distrito Federal.

Assim, para atingir os objetivos propostos, optou-se pela pesquisa empírica, que é dedicada ao tratamento da *“face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados”* (DEMO, 2000, p. 21), além da pesquisa teórica que lhe dá significado. Esta é dedicada a *“reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista aprimorar fundamentos teóricos”* (DEMO, 2000, p. 21).

Uma preocupação que tivemos, antes de realizar o questionário, foi definir os critérios, segundo os quais foram selecionados os sujeitos do universo da investigação. Esta questão é algo primordial, pois influencia diretamente a qualidade das informações. Segundo DUARTE (2002, p. 37):

“a descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo é assentado”.

Tomando por base essas considerações e a limitação do tempo para realizar esta pesquisa, a amostra foi composta de cinco membros da Direção, dezessete professores, doze auxiliares de educação, onze pais e cinco alunos de algumas Escolas Públicas do Distrito Federal.

Um dos objetivos propostos para esse trabalho foi investigar o conhecimento dos profissionais da área de educação sobre os níveis de planejamento e, mais especificamente o Projeto Político Pedagógico, o que justifica a escolha dos auxiliares de educação. Já a escolha dos pais e dos alunos justifica-se pelo fato de serem membros chaves da comunidade escolar.

A escolha dos professores e dos membros da direção justifica-se, pelo fato de o Projeto Político Pedagógico exigir uma percepção razoável da realidade escolar e uma visão histórica da escola e da comunidade, para captar suas necessidades, suas dificuldades e suas utopias.

Com relação à escolha das escolas, alguns critérios foram também criados. Primeiramente, por uma questão lógica foram escolhidas aquelas que tivessem o Projeto Político-Pedagógico porque dificilmente os informantes conseguiriam responder o questionário caso nunca tivessem vivenciado a construção e o desenvolvimento do mesmo. Como segundo critério, a escola deveria ser de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental.

Com referência à localização de tais escolas, optou-se por aquelas que são do Plano Piloto, uma vez que todas as autoras desta pesquisa trabalham em escolas nessa região. Assim foram escolhidas cinco escolas, sendo duas da Asa Norte e três da Asa Sul, que atendiam os critérios previamente estabelecidos e descritos acima.

Sabe-se no entanto que a pesquisa deveria ser mais ampla, abrangendo um número maior de escolas, mas tendo em vista o tempo curto para a concretização da mesma limitou-se a essa amostragem.

Para ter acesso às escolas selecionadas, foi apresentado o projeto de pesquisa à Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto, onde o mesmo foi examinado para a devida autorização.

Com relação ao cronograma é importante dizer que este trabalho de conclusão de curso teve início em agosto de 2005, com a elaboração do projeto de pesquisa e foi concluído em novembro do mesmo ano, após passarem pelas fases de elaboração do questionário, pesquisa de campo durante uma semana, sistematização e análise dos dados.

Acredita-se assim, ter seguido todos os passos sugeridos no guia de Orientação do TCC, do curso de Pedagogia – Projeto Professor Nota 10 (2005).

## 5. ANÁLISE

Esta parte do trabalho trata da análise dos dados da pesquisa realizada em cinco Escolas Públicas do Distrito Federal. Visa refletir sobre o Planejamento Participativo com enfoque no Projeto Político Pedagógico e no Plano Anual de Ação.

### 5.1 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos escolhidos para participar desta pesquisa constituem uma amostra daqueles que compõem a comunidade escolar. São eles membros da direção, professores, auxiliares em educação, pais e alunos das escolas pesquisadas. Todos esses sujeitos estão envolvidos direta ou indiretamente no processo de democratização e transformação do ambiente escolar.

Analisando por categoria funcional, o total dos 50 sujeitos entrevistados, tivemos 5 pessoas da Direção, 5 alunos, 11 pais, 12 auxiliares de educação e 17 professores. Com isso verifica-se que todas as categorias que compõem a comunidade escolar estão representadas nessa amostra.

De acordo com os dados obtidos dos sujeitos que participaram da pesquisa, a idade variou entre as categorias previamente determinadas (menor de 12 anos, de 13 a 25 anos, de 25 a 38 anos e maior de 39 anos). Distribuído de forma proporcional entre estas faixas etárias, tendo 25% em cada uma delas.

Quanto ao sexo, predominou o feminino com 60%, o que comprova que os homens (40%) não são muito atraídos por escolas de 1ª a 4ª série.

### 5.2. Literatura

De acordo com OLIVEIRA (1991) *“na consideração dos grandes níveis hierárquicos, pode-se distinguir três tipos de planejamento: planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional.”*

Se pensarmos no sistema maior, o seu plano maior são os Parâmetros Curriculares Nacionais que podem ser enquadrados, de acordo com autor acima como planejamento estratégico, pois, os mesmo se relacionam com grandes políticas educacionais.

Se pensarmos na Escola e considerarmos a mesma como sistema, o seu plano maior é o Projeto Político Pedagógico, considerado como planejamento tático, o qual traça a filosofia de trabalho da escola e suas grandes diretrizes para dois anos ou mais.

Se ainda pensarmos na Escola como sistema, constataremos que o Plano Anual de Ação seria o seu sistema menor e este Plano se enquadraria no planejamento operacional, pois, detalha principalmente a programação curricular a ser desenvolvida pela escola em cada ano letivo.

Estão aqui definidos os níveis de planejamento educacional. Tal definição se fez necessária para melhor compreensão do assunto estudado.

### **5.3. A percepção dos sujeitos**

Toda organização, seja ela industrial ou prestadora de serviços, como é uma escola, precisa ser administrada adequadamente para alcançar seus objetivos com maior eficiência e economia de tempo e de recursos. Para que a cooperação de indivíduos se torne efetiva, no sentido de alcançar um ou mais objetivos comuns, o componente essencial dessa associação é a gestão: a função de se conseguir fazer as coisas por meio das pessoas, com os melhores resultados.

Quando não existe participação pode ocorrer um processo de fragmentação dos diferentes olhares sobre a escola, ou seja, a escola vista e vivenciada pelo pai, não necessariamente corresponde aquela analisada e vivenciada pelo professor, sendo que a “escola” do professor pode não corresponder a do diretor, que por sua vez, pouco tem a ver com aquela ditada pela política educacional elaborada a partir dos órgãos centrais do sistema educacional.

Em um questionamento sobre o conhecimento que a comunidade escolar tem do Projeto Político Pedagógico e do Plano Anual de Ação, 90% dos respondentes disseram que o Projeto Político Pedagógico da escola não é um documento conhecido pela comunidade escolar – pais, professores, direção, auxiliares em educação, alunos, etc - 7% responderam que concordam totalmente e 3% disseram concordar parcialmente. Mas com relação ao Plano Anual de Ação, 78% acreditam totalmente que o Plano Anual de Ação da escola é um documento conhecido pela comunidade escolar – pais, professores, direção, auxiliares em educação, alunos, etc.- 21% concordam em parte e 1% disse não concordar com a afirmação.

Cabe ressaltar que na apresentação do questionário foram conceituados Projeto Político Pedagógico e Plano Anual de Ação para que os respondentes tivessem mais ou menos a mesma compreensão desses instrumentos.

De acordo com GANDIN, (2001):

“O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a administração; parte da idéia que não basta uma ferramenta para “fazer bem as coisas” dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir “as coisas certas” a fazer.”

Fica claro que o conhecimento e a atuação dos profissionais da área de educação sobre os níveis de planejamento, mais especificamente o Projeto Político Pedagógico é mínimo, quando na verdade, deveria ser justamente o contrário. O que afirma DALMÁS (2005):

Projeto pedagógico não é documento para ficar engavetado em uma mesa na sala de direção da escola, pois é um instrumento do trabalho que indica rumo, direção e construído com a participação de todos os profissionais da instituição.

Quando indagados se já tinham participado da elaboração do Projeto Político Pedagógico ou do Plano Anual de Ação as respostas obtidas diversificaram entre os professores e a direção cujas respostas dos dois foram, na maioria, afirmativa. Mas para as outras categorias a resposta sempre foi não.

Quando o entrevistado respondeu que participou da elaboração de algum dos dois planos-alvo deste estudo, ele deveria responder também o que acontece nas reuniões para discutir sobre planejamento. Assim, 27% dos respondentes afirmaram que é solicitada sugestão dos participantes, 38% afirmaram que as propostas apresentadas são acatadas pela direção, 12% afirmaram que ninguém dá sugestão e 23% responderam que as pessoas são convidadas a participar, mas só sabem criticar.

Entretanto, muitas vezes falta ação conjunta e estratégias que viabilizem a concretização dos objetivos que conduzam a esse ideal.

#### 5.4. Dificuldades encontradas

O caminho capaz de facilitar o desenvolvimento de ações conjuntas e estratégias que viabilizem a concretização dos objetivos propostos é um planejamento que possibilite melhoria no atual sistema educacional, em que há pouca participação da comunidade escolar na elaboração de projetos desenvolvidos na escola.

Quando indagados se sabiam quando ocorre a elaboração desses projetos na sua escola, 82% responderam que não sabem, 4% responderam que sabem e 14% responderam que às vezes ficam sabendo, o que não é de surpreender, uma vez que o diagnóstico inicial sinalizou para estes resultados. Adotando uma escala de: concordo plenamente, concordo em parte e não concordo, 77% dos entrevistados concordaram plenamente que o Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado somente pela direção, 13% disseram que deve ser pela direção e professores, 8% afirmaram que deve ser pela direção, professores, auxiliares em educação e apenas 2% deles concordaram que o Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado por toda a comunidade escolar (direção, professores, auxiliares em educação, conselho escolar, pais e alunos –representantes de turmas). O que vai a encontro das palavras de COROACY (1991), quando diz que o planejamento participativo:

“é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignar a ação de todos os agentes da instituição”.

Com base nisso não é de surpreender que 84% afirmaram nunca ter sido convidado a participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola em que trabalham e 16% afirmam ter sido convidado. Por outro lado 63% afirmaram ter sido convidado a participar da elaboração do Plano Anual de Ação da escola, enquanto que 37% disseram que foram convidados. Cabe ressaltar que nenhum membro da direção respondeu a essa pergunta.

Dentro desta mesma questão apenas 7% afirmaram que são convidados, mas não têm tempo para participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico. Com relação ao Plano Anual de Ação fizeram essa mesma afirmação, isto é, que são convidados mas não têm tempo para participar da elaboração na escola em que trabalham. A maioria dessas



respostas é proveniente dos professores. Estes dados mostram que muitos membros da comunidade escolar menosprezam as oportunidades de participar de reflexões e de mudança.

Com base nesses resultados podemos inferir que a realidade das escolas está longe de atingir o nível de planejamento participativo para o bom funcionamento das mesmas.

O quadro abaixo mostra, segundo os sujeitos da pesquisa, o que as escolas em que trabalham fazem para mobilizar e estimular a comunidade escolar a participar do planejamento participativo do Projeto Político Pedagógico e do Plano Anual de Ação.

FORMAS DE COMUNICAÇÃO	RESPONDENTES
Comunicados escritos	9%
Comunicação verbal	12%
Cartazes afixados	7%
Outros meios usados (citar)	1%
Não utiliza nenhum recurso citado	71%

Fica comprovado, com os dados acima, que não há como fazer parte da elaboração do Projeto Político Pedagógico e/ou do Plano Anual de Ação se a escola não informa quando os mesmos estão sendo elaborados ou revisados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal de refletir sobre o Planejamento Participativo em Escolas Públicas do Distrito Federal, com enfoque no Projeto Político Pedagógico e no Plano Anual de Ação, dois documentos que traçam, respectivamente, a filosofia de trabalho da escola e sua programação curricular.

Com base na análise dos dados coletados, é fácil perceber que a prática na realidade escolar é bem diferente do que prevê a legislação. A pesquisa mostrou que nem todos os segmentos da comunidade estão empenhados e comprometidos com o planejamento participativo, seja por não serem informados, seja porque é mais fácil receber um trabalho pronto, seja por não estar estimulado a aprender, seja por dificuldade no relacionamento dentro da comunidade escolar, somando-se a um ou outro desses motivos a falta de tempo. Qualquer motivo demonstra ser apenas uma consequência e não a causa do verdadeiro problema que pode ser a falta de um clima adequado à participação deliberada e consciente, para a construção da autonomia. A raiz da não participação plena de todos os segmentos da comunidade escolar no planejamento do Projeto Político Pedagógico e no Plano Anual de Ação deve-se à falta de um ambiente escolar que propicie e estimule o debate e a participação da comunidade escolar, motive os professores a ensinarem e os alunos a aprenderem a gostar da escola.

Ficou evidente, neste trabalho, que favorecer essa participação é oportunizar a melhoria da postura profissional, imprescindível para o avanço nos trabalhos da comunidade escolar, onde todos os componentes dessa comunidade possam, de forma compartilhada, traçar objetivos e metas, a serem cumpridos, e trabalhar, juntos, para alcançá-los plenamente, trazendo as mudanças necessárias para a escola e para a comunidade local.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). Ensinar a Ensinar. São Paulo, 2001.

ANSOFF, H. Igor. Do planejamento estratégico à administração estratégica. São Paulo : Editora Atlas. 1987.

BENINCÁ, E. As origens do planejamento participativo no Brasil. Revista Educação - AEC, n. 26, jul./set. 1995.

BOUTINET, J. Antropologia do projeto. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

COROACY, P. Educar o cidadão ? Campinas/SP: Papirus. 1991.

DALMÁS, A. Planejamento Participativo na Escola - Elaboração, acompanhamento e avaliação, Ed. Vozes, 2005.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo, Ed. Atlas, 2000.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. Pesquisa participante. Traduzido por Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. São Paulo: Cortez, 1986.

FERREIRA, F. W. Planejamento Sim e Não: um modo de agir num mundo em permanente mudança. 11a Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Pedagogia: diálogo e conflito. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GANDIN, Daniel. Currículo sem fronteiras. V. 1 n. 1, Porto Alegre, jan/jun, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LIBNLO, J. C. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, H. Planejamento em orientação educacional. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MALHEIRO, J. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.46, p. 79-104, jan./mar. 2005.

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, prática. São Paulo: Atlas, 1991.

PADILHA, R. P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. Trad. Marco Aurélio Fernandes. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

REIS, E S. Projeto Político Pedagógico: moda, exigência ou tomada de consciência?. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001.

ROBERT, Michel. Estratégia. São Paulo : Negócio Editora, 1998.

SANT'ANNA, F. M.; ENRICONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C. M. Planejamento de ensino e avaliação. 11. ed. Porto Alegre: Sagra / DC Luzzatto, 1995.

SILVA, L H (org.) A escola cidadã no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

UNICEUB. Orientações para a realização do trabalho de conclusão de curso – TCC (Monografia I e II), Formação de Professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental, Brasília, 2005.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

## 8. APÊNDICE

**Caracterização:**

1- Idade:      (    ) menos de 12 anos.      (    ) de 13 a 25 anos.  
                   (    ) de 26 a 38 anos.      (    ) mais de 39 anos.

2- Sexo: (    ) F                              (    ) M

3- Categoria funcional:

(    ) Direção.                      (    ) Auxiliar em educação.                      (    ) aluno.  
 (    ) Professor.                      (    ) Pai.

Tendo em vista o trabalho de conclusão de Curso de Pedagogia do UniCeub, este questionário tem por objetivo pesquisar sua opinião sobre Planejamento Participativo na sua escola.

São dois os níveis de planejamento abordados nessa pesquisa: Projeto Político Pedagógico e Plano Anual de Ação.

**O Projeto Político Pedagógico** traça a filosofia de trabalho da escola e suas grandes diretrizes para dois anos ou mais.

**O Plano Anual de Ação** detalha principalmente a programação curricular a ser desenvolvida pela escola em cada ano letivo.

Considerando os conceitos acima, responda as questões abaixo.

1. Você já participou da elaboração de alguns dos projetos abaixo?

Projeto Político Pedagógico                      (    ) Sim                      (    ) Não  
 Plano Anual de Ação                                      (    ) Sim                      (    ) Não

2. Se você respondeu sim à pergunta anterior, responda essa questão. Caso a sua resposta tenha sido não, vá para a questão 3.

Nas reuniões para discussão sobre o Planejamento:

(    ) É solicitada sugestão dos participantes.

(    ) As Propostas dadas são acatadas pela direção.

(    ) Ninguém dá sugestão.

(    ) As pessoas são convidadas a participar, mas só sabem criticar.

3. Você sabe quando ocorre a elaboração desses projetos na sua escola?

(    ) Sim                              (    ) Não                              (    ) Às vezes

Sobre as afirmações das questões 4. e 4.1., responda colocando os números 1 a 3 de acordo com a escala.

- 1- Concordo plenamente
- 2- Concordo em parte
- 3- Não concordo

4. O Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado:

- Somente pela direção.
- Pela direção e professores.
- Pela direção, professores, auxiliares em educação.
- O Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado por toda a comunidade

escolar (direção, professores, auxiliares em educação, conselho escolar, pais e alunos – representantes de turmas).

4.1. Você acredita que:

- O Projeto Político Pedagógico da minha escola é um documento conhecido pela comunidade escolar – pais, professores, direção, auxiliares em educação, alunos, etc.
- O Plano Anual de Ação da minha escola é um documento conhecido pela comunidade escolar – pais, professores, direção, auxiliares em educação, alunos, etc.

Para responder as questões 5 e 6 assinale as alternativas que condizem com a realidade da sua escola.

5. Sobre a participação na elaboração dos projetos, eu:

- Nunca fui convidado a participar da elaboração do projeto Político Pedagógico da minha escola.
- Nunca fui convidado a participar da elaboração do projeto Plano Anual de Ação da minha escola.
- Sou convidado, mas não tenho tempo para participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.
- Sou convidado, mas não tenho tempo para participar da elaboração do Plano Anual de Ação da minha escola.

6. Para mobilizar e estimular a comunidade escolar a participar do planejamento participativo do Projeto Político Pedagógico e do Plano Anual de Ação. A minha escola:

- Distribui comunicados escritos.
  - Comunica verbalmente.
  - Afixa cartazes nos murais.
  - Não usa nenhum dos recursos de comunicação acima.
  - Usa outros como (citar):
- 
-



